

O ACOMPANHAMENTO FAMILIAR NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Maria Clara Campos da Silva¹
Alcione Januária Teixeira da Silveira²

cionepsi@hotmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Sociais e Aplicadas

RESUMO

O CRAS é uma unidade de proteção social básica que visa prevenir situações de vulnerabilidade e riscos sociais no território por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e ampliação do acesso à assistência. Como uma das atribuições temos o acompanhamento familiar sendo um serviço significativo, representando uma via pela qual as necessidades das famílias são identificadas. Este trabalho teve como objetivo analisar o acompanhamento familiar em um CRAS. Tratou-se de uma pesquisa de natureza qualitativa através do método de observação e estudo de caso. Os resultados mostraram que inúmeras ações foram realizadas no CRAS em acompanhamento familiar para reinserção social, busca de autonomia e proteção para a família em questão. o acompanhamento familiar no CRAS é uma estratégia que possibilita compreensão da família, incluindo sua dinâmica, valores, potencialidades e necessidades.

PALAVRAS-CHAVE: CRAS, acompanhamento familiar, fortalecimento de vínculos.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal De 1988 adotou a união da Assistência Social, Saúde e Previdência, formando assim o Sistema Brasileiro de Seguridade Social. Dessa união emergiu a LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social que foi reconhecida como uma política pública, responsável por assegurar direitos e promover a cidadania em nossa sociedade. A LOAS ganhou destaque especialmente por vir em um contexto marcado pelo agravamento das desigualdades sociais, onde muitos se encontravam em situação de exclusão. Depois da primeira metade dos anos de 1990, ocorreram mudanças significativas na estrutura das políticas públicas voltadas para a Assistência Social (CREPOP, 2002).

Após as decisões da IV Conferência Nacional de Assistência Social (2003) e seguindo as orientações da LOAS (1993), foi aprovada a criação e implementação

¹Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Univértix.

² Psicóloga, Doutoranda em Educação, Mestre em Educação e Professora do Curso de Psicologia no Centro Universitário Univértix.

do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), que propõem uma transformação nos sistemas de gestão e financiamento da Assistência Social. A sustentação e legitimação dessas mudanças, apoiadas pelos movimentos populares, pela participação ativa de seus beneficiários e pela manutenção da substituição de controle social, têm como objetivo assegurar que as ações sejam atender às necessidades de suas comunidades, seus indivíduos e suas demandas específicas. Assim, a intenção é garantir a eficácia da Assistência Social como instrumento de valorização da vida (CREPOP, 2002).

Na consolidação do SUAS contamos com os serviços dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que significam a presença do Estado nos diversos territórios, os de maior vulnerabilidade, como um espaço de refazer as tantas histórias de vida de cada usuário da Assistência Social (Brasil, 2004).

O CRAS é uma unidade de proteção social básica que visa prevenir situações de vulnerabilidade e riscos sociais no território por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e ampliação do acesso à assistência. A disponibilização dos serviços no CRAS deve ser estrategicamente elaborada e baseada em um amplo conhecimento do local e das famílias que residem nele. É preciso compreender suas necessidades e capacidades, além de mapear as situações de risco e vulnerabilidade social, assim como as iniciativas já disponíveis (Brasil, 2004).

Tendo como objetivo o CRAS busca contribuir com os serviços de convivência e projetos de proteção social básicos nas áreas de atuação dentro da instituição. Estas áreas, marcadas por vulnerabilidade social, são atendidas por meio de estratégias sociais e territoriais que focam, primordialmente, em identificar e abordar as desigualdades sociais. Podemos observar que as unidades desenvolvem programas e projetos de proteção social básica, enfatizando principalmente o acolhimento e a promoção da convivência e socialização de famílias e indivíduos (Neri e Laurindo, 2019).

Em diversas áreas dentro das instituições temos a Política Pública de Assistência Social realizada em conjunto com outras políticas setoriais, levando em consideração as desigualdades regionais. Ela visa combater essas desigualdades, garantir padrões mínimos de bem-estar social, atender às demandas sociais e

universalizar os direitos sociais oferecendo serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social, tanto básicos quanto especiais, para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem. Promovendo a inclusão e igualdade de acesso para usuários e grupos específicos, expandindo sua capacidade de acesso a serviços socioassistenciais em áreas urbanas e rurais. E busca priorizar ações que focalizem a família, garantindo a manutenção da convivência no âmbito familiar e comunitário (Brasil, 2004).

Diante disso, o objetivo do trabalho foi analisar o acompanhamento familiar em um CRAS.

Trabalhos como este desempenham um papel fundamental ao destacar a importância do acompanhamento familiar realizado no CRAS. Eles também servem para expor as políticas públicas que orientam essas práticas e identificam áreas que precisam ser trabalhadas. A política de assistência social é intrinsecamente focada na proteção social e, como tal, orienta suas ações e metas para o âmbito familiar. Todas as regulamentações no campo da assistência social destacam metas nessa direção, como a garantia do direito ao convívio familiar, comunitário e o fortalecimento dos laços familiares.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O CRAS é definido como uma unidade pública que concretiza o direito à assistência social desempenhar um papel crucial na implementação do Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF), estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em 2004. O PAIF é a principal iniciativa da Proteção Social Básica, visando fornecer recursos financeiros, diretrizes e abordagens para orientar o funcionamento dos centros de referência. Essa estratégia visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social em comunidades, concentrando-se em atendimentos que assegurem direitos, realizem vigilância social e fortaleçam os laços familiares e comunitários (Costa, Cardoso, 2010).

O objetivo do CRAS é fortalecer as famílias, proporcionando benefícios que auxiliem em melhorar a qualidade de vida. Esses benefícios são concebidos como um suporte inicial para ajudá-las a restabelecer o equilíbrio. Posteriormente, quando não depender de mais benefícios, espera-se que essas famílias sejam capazes de exercer sua autonomia. Para esse fortalecimento das relações entre o CRAS e a

comunidade, é crucial que ambas as partes demonstrem interesse e colaboração mútua. Essa compreensão mútua é essencial para o sucesso de todas as ações realizadas pelo CRAS, pois sem a participação ativa das famílias, seus objetivos não podem ser realizados de forma satisfatória (Toniato *et al.*, 2010).

O acompanhamento familiar é um serviço significativo, representando uma via pela qual as necessidades das famílias são identificadas. No entanto, é um desafio que requer planejamento, adaptação e avaliação adequados nos territórios onde é implementado. Caso contrário, há o risco de se tornar uma execução superficial, caracterizada por numerosas reuniões e atividades, sem gerar impactos substanciais na vida das famílias atendidas pelo serviço (Cavalcanti, 2018).

As famílias atendidas pelo CRAS podem enfrentar desafios significativos, e muitas delas podem não ter expectativas imediatas de melhoria em suas condições de vida, dado que estão inseridas em contextos de carência socioeconômica. Além disso, devido ao foco nas famílias em situação de carência, vulnerabilidade e risco social, o trabalho se torna complexo, uma vez que lidar com pessoas nunca é uma tarefa simples (Toniato *et al.*, 2010).

O psicólogo desempenha um papel crucial na identificação e prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais, fornecendo uma escuta qualificada que contribui para transformar os desafios no desenvolvimento psicológico e social em reflexões sobre as experiências do dia a dia. Sua abordagem é preventiva, focada em evitar problemas em vez de remediar. Através do diálogo, busca-se encontrar soluções concretas e criativas para os desafios decorrentes da exclusão social e das dificuldades enfrentadas na vida humana devido a essa exclusão (Costa, Cardoso, 2010).

A atuação do psicólogo na área da assistência social é uma adição relativamente recente no contexto brasileiro. Apesar de ser de grande relevância e representar uma expansão necessária do campo profissional para um engajamento mais direto com as questões sociais, essa realidade ainda apresenta diversos desafios e problemas para os profissionais. O comprometimento social na psicologia pode ser interpretado de diversas maneiras, sendo necessário esclarecer com quem e de que forma ele é estabelecido. Nesse sentido, acreditamos que o discurso de compromisso social da Psicologia deve estar alinhado com uma prática consistente e congruente com esse propósito (Senra, Guzzo, 2012).

3 METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa através do método de observação. Segundo Silva e Menezes (2005) a pesquisa qualitativa existe uma interação contínua entre a realidade objetiva e a percepção subjetiva do indivíduo, formando um laço que não pode ser quantificado. Na pesquisa qualitativa, entender os sentidos é fundamental. A fonte primária de coleta de dados é o ambiente natural, com o pesquisador participante como instrumento principal. Este tipo de pesquisa é intrinsecamente descritivo, e os cientistas geralmente interpretam seus dados através de uma análise indutiva. O foco recai sobre o processo em si e o significado que ele carrega.

Já o método de observação de acordo com Ludke e André (1986) é essencial que seja realizada de forma estruturada e metódica, exigindo assim um planejamento criterioso. O pesquisador deve adotar práticas de registros detalhados, distinguindo aspectos cruciais de informações superficiais, bem como manter anotações organizadas. Além disso, é crucial empregar técnicas rigorosas para confirmar as conclusões das observações feitas.

Este estudo faz parte do cumprimento do Estágio Supervisionado Básico I, do curso de Psicologia do Centro Universitário Univértix. A observação foi realizada em um CRAS totalizando 40h, ao longo dos meses setembro e outubro de 2024, oportunizando observação do funcionamento, atividades, público, demanda dos serviços ofertados e acompanhamento do trabalho do técnico de referência em assistência social.

Para tanto, iremos realizar um estudo de caso. Segundo Yin (2001), a pesquisa nas ciências sociais oferece uma variedade de abordagens, e o estudo de caso representa apenas uma delas. Experimentos, levantamentos, investigações históricas e análises de dados em arquivos, como em estudos econômicos, são exemplos alternativos de métodos de pesquisa.

O CRAS observado está localizado em uma cidade do interior do Estado de Minas Gerais na Zona da Mata Mineira, a cidade possui 4229 habitantes segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (2022). De acordo com informações do assistente social do CRAS observado, eles atuam em diversas áreas com o Programa de Atendimento Integral as Famílias (PAIF) e o Serviço de

Convivência e Fortalecimento de Vínculos Famílias e Comunitários (SCFV/OFFICINAS).

São diversas oficinas para o público-alvo como pintura, bordado, crochê, artesanato, música, violão e teclado, maquiagem e capoeira. O CRAS possui dois públicos prioritários de atendimento/acompanhamento, sendo em torno de 350 famílias carentes beneficiárias do Bolsa família, e as pessoas com deficiência que possuem Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Para realização de todos esses trabalhos temos a equipe do CRAS possui um total de 14 funcionários, sendo o Assistente Social, Psicólogo, Coordenador, Técnico em Programas Sociais, Monitor Técnico para auxiliar em oficinas, Orientadora Social, Auxiliar em Serviços Gerais e Recepcionista. Segundo informações do técnico do CRAS, os oficinairos são contratados conforme as oficinas que serão ofertadas e cada um deverá apresentar no momento de sua contratação a qualificação exigida para exercer sua oficina.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em acompanhamento da atuação com o técnico de assistência social do CRAS, tivemos oportunidade de acompanhar o caso da Renata (nome fictício), este que é alvo de nossa discussão.

Renata tem 53 anos, é mãe de quatro filhos, sendo três do sexo masculino e uma do sexo feminino, todos adultos. Os três filhos residem em outro município e há relatos que são envolvidos no mundo do crime. A filha reside na zona rural do município e possui vínculos fragilizados com a mãe.

Renata atualmente reside sozinha após vários conflitos e tentativas de residir com a filha, que não tem compreensão da sua doença e assim, “viverem se estranhando”. Ela possui diagnóstico através da Classificação Internacional de Doenças como F20,0, esquizofrenia. Há informações que ela apresenta sintomas com frequência, de alucinações, delírios, distorção dos pensamentos e pensamentos ilógicos.

O termo esquizofrenia enfatiza a desarmonia interna e a fragmentação das funções mentais, é uma das condições psiquiátricas mais complexas e desafiadoras apresentando demência que se caracteriza precocemente por uma série progressiva de perdas que abrangem a extensão da personalidade, da vida social e das funções

cognitivas, incluindo atenção, memória e aprendizagem. Essa condição segue uma trajetória crônica, apresentando potencial incapacitante ao longo do tempo. Muitos pacientes enfrentam desafios significativos nas esferas sociais e profissionais, prejudicando a capacidade de estabelecimento de relacionamentos afetivos e familiares, bem como de manter uma atividade laboral. Nos casos mais severos, observe-se a negligência em relação à higiene pessoal e vestimenta (Dalgalarrando, 2019).

Renata chegou ao CRAS no início da pandemia (janeiro de 2020). Os relatos são de situação de rua, vivia perambulando pelas cidades vizinhas e sempre sem destino, não tomava seus medicamentos de acordo com as indicações médicas e a tempos não realizava o tratamento psiquiátrico.

Desde então, inúmeras ações foram realizadas no CRAS em acompanhamento familiar para reinserção social, busca de autonomia e proteção para Renata. Foi acompanhada em todas as áreas de sua vida, foram várias tentativas de fortalecimento de vínculos familiares, tanto com a filha, quanto pessoas da comunidade. Foi acompanhada em consultas médicas, realização de documentos pessoais, inserção para conseguir o BPC – Benefício de Prestação Continuada, que deu certo.

O acompanhamento familiar tem como objetivo fomentar os laços familiares e comunitários, garantindo a proteção dos seus membros e incentivando o uso dos serviços da rede socioassistencial. O seu objetivo primordial é resguardar as famílias, realizando um trabalho contínuo para prevenir, atenuar ou superar situações de vulnerabilidade, ao mesmo tempo que fortalece os vínculos entre os membros familiares e a comunidade (Molina *et al*, 2020).

O assistente social assumiu a curatela de Renata, alugou uma residência e trabalha em conjunto com a enfermeira do Programa de Saúde da Família (PFS), ela retornou ao tratamento psiquiátrico, mantém suas consultas em dia e está em tratamento medicamentoso, estando no momento “estável”. Com o BPC, Renata consegue fazer suas despesas pagando aluguel, água, luz e provém sua alimentação, recebe ajuda de terceiros na organização e confecção de sua alimentação.

Trabalhar as questões internas e externas às famílias, de forma articulada e numa perspectiva de totalidade, é o grande desafio do trabalho interdisciplinar, como

recomendação o objetivo deve ser sempre o alargamento da percepção das situações pessoais e sociais e a luta pela garantia dos direitos (Teixeira, 2010).

Durante a observação do trabalho do técnico de Assistência Social, foi possível identificar grande vínculo entre o profissional e Renata, percebemos uma relação de confiança no trabalho da equipe, estando sempre presente e se apresentando por vezes, com carência emocional e afetiva. Observamos uma atenção especial e de forma que ela pudesse se sentir bem, inclusive, afetos e abraços.

No campo da assistência social é necessário um olhar crítico sobre as relações hegemônicas da sociedade, das políticas públicas existentes construídas nesse contexto e das condições concretas de vida da população atendida (Senra e Guzzo, 2012).

O exercício da profissão na assistência social deve ser um tema de reflexão constante entre os próprios profissionais, pois suas práticas diárias estão intrinsecamente relacionadas à forma como eles interpretam o ambiente no qual atuam. As ações dos profissionais não devem ser limitadas a intervenções pontuais na realidade, mesmo que em certos momentos isso seja necessário (Freitas, 2011). Enfatizamos assim, que o SUAS possibilita ações que promovem cidadania e dignidade a milhões de pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social (Koelzer, Backes e Zanella, 2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos e estudo do caso apresentado aqui, são contribuições para discussão do trabalho de criar autonomia e fortalecimento de vínculo para o acompanhamento familiar de forma efetiva no trabalho de proteção social, esse que é parte essencial dos serviços ofertados pela política de assistência social no Brasil.

Podemos dizer que essa experiência de estágio, permeada de questões e inquietações, fica a clareza da formação e atuação de profissionais que se comprometam com o trabalho e que atendam as dificuldades encontradas de modo a criar novas possibilidades de intervenção, promovendo estratégias que possibilitem compreensão, potencialidades e uma atuação respaldada na transformação da realidade e garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

Anais do FAVE – Fórum Acadêmico do Centro Universitário Vértice - Univértix, Matipó, setembro, 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. MDS/PNAS, Brasília, 2004.

CAVALCANTI, Soraya Raposo. **Acompanhamento familiar: uma análise da proteção social básica do município de Resende**. Orientador: Antônio Carlos de Oliveira, 2018. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/35845/35845.PDF>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CONROY, Alcilene de Souza Araujo. **Sistema Único de Assistência Social: CRAS Betinho e CREAS Jamari**. Ariquemes: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, 1. ed., 2018.

COSTA, Ana Flávia de Sales; CARDOSO, Claudia Lins. Inserção do psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social - CRAS. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 223-229, dez. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S19838220201000020011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2023.

CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Referência técnica para atuação do psicólogo(a) no CRAS/SUAS** / Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP, 2007.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

FREITAS, T. P. de. Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. **Serviço Social & Sociedade**, n. 105, p. 30-49, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo brasileiro de 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

KOELZER, Larissa Papaleo; BACKES, Mariana Schubert; ZANELLA, Andréa Vieira. Psicologia e CRAS: reflexões a partir de uma experiência de estágio. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, [online]. 2014, vol.7, n.1, pp. 132-139. ISSN 1983-8220.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MOLINA, Marcelle Azevedo de; SILVEIRA, M. **A Política de Assistência Social e o Plano de Acompanhamento Familiar**. 1. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/16975/1/Marcelle_TC_C_15-12-2020.pdf. Acesso em: 7 nov. 2023.

NERI, Amanda Gabriella dos Santos; LAURINDO, Anna Emanuely Oliveira. Território, assistência social e os desafios para o CRAS: apontamentos a partir da experiência de estágio curricular obrigatório em serviço social. **Primavera**,

Anais do FAVE – Fórum Acadêmico do Centro Universitário Vértice - Univértix, Matipó, setembro, 2024.

2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22773>. Acesso em: 21 nov. 2023.

SENRA, Carmem Magda Ghetti; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 293-299, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/rdzMc6m5DDMvwahpy6kfx38L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2023.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SOUSA, Kairon Pereira de Araujo; MEDEIROS, Emerson Diógenes de; SILVA, Paulo Gregório Nascimento da. A atuação do psicólogo no CRAS: uma revisão sistemática da literatura. **Psicol. Conoc. Soc.**, Montevideo, v. 11, n. 2, p. 114-136, 2021. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-70262021000200114&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2023.

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 9, n. 2, p. 286-297, ago./dez. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/admin,+08.+AP+-+Trabalho+interdisciplinar+nos+CRAS+-+286-297.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2023.

TONIATO, J. S.; TAVARES, T.; PESSINI, M. A. As contribuições do centro de referência de assistência social (CRAS) às famílias em vulnerabilidade/risco social. **Akrópolis Umuarama**, v. 18, n. 4, p. 247-261, out./dez. 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.